



Universidade de Brasília

Faculdade de Direito

CARLA MARIA DA SILVA TELES

**A PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR E SUA
CONTRIBUIÇÃO NA MELHORIA DA CONDIÇÃO
ECONÔMICO-SOCIAL DO CIDADÃO BRASILEIRO**

Brasília – DF

2017

CARLA MARIA DA SILVA TELES

**A PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR E SUA
CONTRIBUIÇÃO NA MELHORIA DA CONDIÇÃO
ECONÔMICO-SOCIAL DO CIDADÃO BRASILEIRO**

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como
requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Professor Orientador: Rodrigo Leonardo de Melo Santos

Brasília – DF

2017

Carla Maria da Silva Teles

**A PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR E SUA CONTRIBUIÇÃO NA
MELHORIA DA CONDIÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO CIDADÃO BRASILEIRO**

Projeto de monografia apresentado à Faculdade de
Direito da Universidade de Brasília como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Professor Rodrigo Leonardo de Melo Santos - Mestre
Orientador

Ana Carolina Paranhos - Mestre
Membro

Lara Parreira de Faria Borges - Mestre
Membro

Brasília, 17 março de 2017.

RESUMO

A presente monografia aborda o aspecto dignificante da previdência privada complementar ao atuar como instrumento adicional de proteção social, atenuando a disparidade existente entre o patamar de vida do trabalhador quando em atividade e quando inativo. O trabalho representa fonte reconhecida de promoção de direitos constitucionais. O Direito do Trabalho possui papel essencial na defesa do trabalhador, ante as práticas que depreciam seus direitos. Considerando os riscos sociais a que os cidadãos estão sujeitos, o sistema de previdência social, como componente da seguridade social, visa à proteção dos trabalhadores, garantindo-lhes o mínimo existencial. Tendo em vista os limites do sistema previdenciário público, o regime privado de previdência amplia a proteção social oferecida aos cidadãos. Assim, os ramos trabalhista e previdenciário são ferramentas que enaltecem a dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Direito Previdenciário. Risco Social. Proteção Social. Dignidade Humana.

ABSTRACT

This undergraduate thesis deals with the dignifying aspect of complementary private pension by acting as an additional instrument of social protection, attenuating the disparity between the living level of inactive workers, with the wage earner. The Labor is recognized as source of promotion of constitutional rights. The Labor Law has an essential role in defense of the worker, instead of practices that depreciate their rights. Considering the social risks to which citizens are subject of, the social pension system, as a component of social security, aims at the protection of workers, guaranteeing them the minimum necessary for their survival. In comparison with the limits of the public pension system, the complementary private pension extends the social protection offered to citizens. Thus, the labor and social security areas are tools that exalt the dignity of the human person.

Keywords: Labor Law. Social Security Law. Social Risk. Social Protection. Human Dignity.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. O DIREITO DO TRABALHO COMO FONTE DE DIGNIFICAÇÃO DO CIDADÃO.....	5
2.1 As Funções do Direito do Trabalho no Alcance dos Direitos Fundamentais.....	5
2.2 Princípios do Direito do Trabalho: Instrumentos de Proteção Contra as Forças do Capital.....	8
2.3 O Trabalho na Promoção da Dignidade.....	13
3. O DIREITO PREVIDENCIÁRIO E A TUTELA DO CIDADÃO ACOMETIDO POR RISCO SOCIAL.....	17
3.1 Os Riscos Sociais e o Papel da Seguridade Social na Proteção dos Cidadãos.....	17
3.2 Os Princípios da Seguridade Social que Disciplinam a Proteção ao Cidadão Acometido por Riscos Sociais.....	21
3.3 Os Princípios na Previdência Social.....	26
4. A PREVIDÊNCIA PRIVADA COMO DIREITO À MANUTENÇÃO DA VIDA DIGNA.....	30
4.1 A Previdência Privada e Seu Caráter Complementar aos Regimes Públicos de Previdência Social.....	30
4.2 Funções e Objetivos da Previdência Privada.....	34
4.3 A Atuação do Estado na Proteção dos Direitos dos Participantes de Planos de Previdência Complementar.....	37
5. CONCLUSÃO.....	44
6. REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia consiste no estudo da contribuição da previdência privada complementar no aprimoramento da condição socioeconômica dos cidadãos brasileiros que, pelo acometimento de riscos sociais, passam a receber os benefícios da previdência social.

Nota-se que, com o advento do Paradigma de Estado Social, interesses e anseios sociais de natureza coletiva e igualitária ganharam especial atenção. A partir disso, os chamados direitos sociais, entre os quais se destacam o direito ao trabalho e à previdência social, passaram a compor os textos das constituições, mesmo na superveniência do Paradigma de Estado Democrático. No caso brasileiro, estão atualmente contemplados na Constituição Federal de 1988.

A primazia conferida ao trabalho na Lei Maior Pátria reflete o reconhecimento de que o trabalho, bem como o emprego,¹ é importante instrumento de promoção de igualdade, de bem-estar e de justiça sociais, considerando o trabalhador como participante ativo da dinâmica econômica.

Já a previdência social representa a forma como o Estado viabiliza a subsistência do cidadão, enquanto este tem sua capacidade para o trabalho reduzida ou extinta, de acordo com as possibilidades orçamentárias do sistema. Isso impõe a garantia do mínimo existencial.

Nesse sentido, a previdência complementar, ao lado da previdência estatal oficial, desempenha papel dignificante ao proporcionar à pessoa meios próprios para a conservação ou, até mesmo, o aprimoramento de seu padrão de vida, após afastar-se da vida laboral ativa em virtude do acometimento de risco social. Consiste, pois, em elemento adicional de proteção social.

Diante desse cenário, este estudo abordará a relevância do trabalho, na qualidade de direito social constitucionalmente assegurado, para a construção de uma sociedade que prima pela dignidade da pessoa humana.

¹ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTR, 2013, p. 278-279. Cumpre elucidar a distinção entre trabalho e emprego. Trabalho é a atividade física ou intelectual produzida pelo ser humano para atingir alguma finalidade. O emprego é uma das formas de manifestação de trabalho, caracterizado pela subordinação, pessoalidade, não eventualidade e onerosidade.

Será examinado o papel do Direito do Trabalho, diante dos desafios impostos pelo modelo de sociedade capitalista, na defesa do obreiro, na garantia de equidade entre os trabalhadores e no equilíbrio das relações laborais, historicamente desiguais, analisando-se suas funções e princípios.

Após, serão verificados os reflexos causados pelos riscos sociais na vida dos cidadãos, em especial dos trabalhadores. Assim, observar-se-á que algumas eventualidades impedem o indivíduo de promover o próprio sustento e o de seus familiares por meio do exercício do direito ao trabalho, levando-o a recorrer à seguridade social.

Com isso, serão estudados os princípios da seguridade social, que visam à proteção das pessoas ante os riscos sociais, enfatizando alguns aspectos e percalços da proteção oferecida pela previdência social ao trabalhador afastado de suas atividades laborativas.

Por fim, será elucidada a integração entre o sistema de previdência privada e os regimes públicos de previdência social, destacando o caráter complementar daquela em relação aos regimes oficiais. Assim, examinar-se-ão as funções e objetivos da previdência complementar privada e suas entidades, tendo em vista o interesse social envolvido.

Nesse sentido, será verificada a atuação do Estado no tocante aos direitos dos contratantes de obter o seguro conforme plano de complementação de renda contratado e, assim, poder gozar de um padrão de vida laboral inativa equiparado ao nível percebido enquanto trabalhador ativo.

Abordar-se-ão, pois, a interferência estatal quanto ao cumprimento das normas que regem a atividade das entidades de previdência privada, na intenção de que não se distanciem do objeto previdenciário.

Para a realização deste trabalho, foram utilizadas como fonte de pesquisa bibliográfica obras doutrinárias nacionais, assim como estudos elaborados por instituição que atua em questão trabalhista e previdenciária.

2 O DIREITO DO TRABALHO COMO FONTE DE DIGNIFICAÇÃO DO CIDADÃO

2.1 As Funções do Direito do Trabalho no Alcance dos Direitos Fundamentais

A Constituição Federal de 1988 é intitulada por doutrinadores como “A Carta de Direitos”, pois prevê uma série de direitos fundamentais e sociais, atribuindo ao Estado o dever de garanti-los aos cidadãos.² Esses direitos são oriundos de um complexo processo histórico, que corresponde aos Paradigmas de Estado Contemporâneos.³

Para fins deste estudo, será utilizada a classificação dos direitos fundamentais amplamente difundida por Norberto Bobbio,⁴ que consiste em direitos de primeira, segunda e terceira gerações, correspondentes, respectivamente, aos Paradigmas de Estado Liberal, Social e Democrático de Direito.

Os direitos de primeira geração são fundados na liberdade do homem, primando pela satisfação individual. Os direitos de segunda geração buscam a promoção da igualdade entre os indivíduos integrantes da sociedade. Nos direitos de terceira geração ou difusos, ressaltam-se os contornos fraternos e solidários dos interesses coletivos.⁵

Na categoria dos direitos fundamentais de segunda geração, designados direitos sociais, está inserido o direito ao trabalho. E é por meio da atividade de trabalho que o indivíduo se torna capaz de conquistar, para si e para seus dependentes, outros direitos constitucionalmente instituídos, como o direito à educação, à saúde, à propriedade, à moradia, ao lazer, à segurança, ao transporte.

² BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

³ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **Constituição da República e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2012. p. 35-42.

⁴ DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006. p. 57. Gabriela Delgado Neves elucida que a criação da teoria das gerações de direitos fundamentais é erroneamente atribuída ao autor, quando na realidade, ele é o responsável por difundi-la.

⁵ *Idem*, p. 59.

Nesse viés, o Direito do Trabalho, enquanto ramo do Direito, desempenha um relevante papel, não só na regulação das relações trabalhistas, mas, também, como instrumento para o atendimento de outros preceitos constitucionais. Assim, o Direito do Trabalho contribui para conduzir a sociedade a um patamar de civilidade pautado na dignificação da pessoa, por meio da atividade laboral.

As funções a que se destina o Direito do Trabalho recebem designações doutrinárias diversas, mas essencialmente semelhantes e complementares em conteúdo. Destacar-se-ão, neste estudo, as funções conforme denominação dada pelo Ministro Maurício Godinho Delgado.

São elas: *melhoria das condições de pactuação da força de trabalho na ordem socioeconômica; civilizatória e democrática; modernizadora e progressista do ponto de vista socioeconômico; política conservadora*. Acrescentar-se-á, ainda, a *função social*, destacada por Amauri Mascaro Nascimento.

A função primordial, considerada como sendo a razão de ser do Direito do Trabalho, refere-se à *melhoria das condições de pactuação da força de trabalho na ordem socioeconômica*.⁶ Seu teor apresenta certa correspondência com a função tutelar⁷, encontrada em outras doutrinas.

Dada a disparidade das relações entre empregadores e trabalhadores, o Direito do Trabalho realiza, ao lado da parte hipossuficiente da relação, o papel de contrapeso, já que no sistema capitalista a balança tende a pender para o lado dos que possuem maior poderio econômico, a classe empregadora.

Em outras palavras, a atuação do Direito do Trabalho, no que tange a essa função basilar, consiste em garantir que as interações trabalhistas, por natureza desiguais, não representem uma forma de espoliação de direitos da parte menos favorecida, promovendo equilíbrio entre os diversos interesses.

Ainda na perspectiva do acesso aos direitos fundamentais, cabe destacar, nesta ordem, a *função civilizatória e democrática*. Por meio dessa função, o Direito do Trabalho promove a inclusão econômica e social de grande parte da

⁶ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTR, 2013. p. 54.

⁷ NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Aparecida Costa. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 39. ed. São Paulo: LTr, 2014. p. 70.

população trabalhadora, amenizando as desigualdades de poder e capital, inerentes ao sistema capitalista.⁸

A função *modernizadora e progressista*, do ponto de vista *socioeconômico*, diz respeito à influência exercida pelo Direito do Trabalho na implementação e generalização de mecanismos normativos que resultam na melhoria da gestão da força de trabalho, na qualificação obreira, no aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos.⁹ O que se visa, com isso, é a humanização das relações trabalhistas, bem como a promoção da valorização da mão de obra, visto sob a ótica do trabalhador.

A solidez do Direito do Trabalho é diretamente proporcional à percepção dos avanços promovidos no desempenho dessa função modernizadora e progressista. No caso do Brasil, no entanto, o ramo justralhista vem enfrentando barreiras políticas, econômicas e culturais nos últimos anos, que impactam no processo de sua expansão.¹⁰

Some-se ainda a função *política conservadora*, segundo a qual o Direito do Trabalho, sob outra perspectiva, serve também, em alguma medida, como instrumento estatal para a manutenção do controle sobre os movimentos trabalhistas reivindicatórios.¹¹

Acrescente-se, finalmente, a *função social*, destacada por Amauri Mascaro Nascimento. Ao abordar essa função, Nascimento afasta-se do foco econômico do trabalho e enaltece aspectos de caráter subjetivo, relativos à dignidade humana e a equidade da categoria obreira.¹² Nesse cerne, o que se visa atingir é a promoção não apenas do direito ao trabalho, mas ao trabalho digno.

É bem verdade que existem percalços culturais, econômicos, políticos e sociais a serem enfrentados pelo Direito do Trabalho. Isso não impede, no entanto, o seu avanço no que concerne à extensão do direito ao trabalho à parcela da

⁸ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTR, 2013, p. 57-58.

⁹ *Idem*, p. 56-57.

¹⁰ *Idem*, p. 55.

¹¹ *Idem*, p. 57.

¹² NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Aparecida Costa. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 39. ed. São Paulo: LTr, 2014, p. 71.

sociedade que tem na atividade laboral uma fonte de dignificação humana e de inclusão social.

2.2 Princípios do Direito do Trabalho: Instrumentos de Proteção Contra as Forças do Capital.

Os princípios são construções da Ciência do Direito, que ocupam lugar preponderante no ordenamento do Estado Democrático de Direito. Correspondem não somente a um ideário norteador da aplicação e interpretação jurídica, mas, acima de tudo, representam mandamentos imperativos, com caráter de norma a ser obedecida.¹³

Vistos sob a ótica trabalhista, os princípios do Direito do Trabalho possuem extrema relevância no direcionamento de condutas, rumo à efetivação de direitos, sobretudo, em uma sociedade em que os interesses econômicos conduzem ao aviltamento do trabalhador, em consonância com os ditames do sistema capitalista.

Para melhor avaliar a relevância dos princípios para o campo justtrabalhista, far-se-á sucinto apanhado acerca de alguns aspectos marcantes dos paradigmas de Estado Contemporâneo.

Preliminarmente, requer esclarecer que a sucessão de paradigmas não importou a total superação dos institutos dos antecessores. Houve, grosso modo, o acúmulo das teorias e as contribuições de cada fase permaneceram, mesmo que de maneira reformulada. Mencione-se, a título exemplificativo, o direito à propriedade que, no Estado Liberal, destinava-se à satisfação individual e, a partir dos ideais do Estado Social, revestiu-se da função social¹⁴

No Capitalismo do Estado Liberal, que teve a liberdade como pano de fundo, vivenciou-se a fase em que os grandes proprietários, em especial os dos meios de produção, desfrutavam de prerrogativas sociais e políticas.¹⁵ Atendendo a

¹³ DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006. p. 50.

¹⁴ *Idem*, p. 49.

¹⁵ Os direitos políticos representaram, naquela ocasião, não somente um dos elementos reveladores da posição social de prestígio da classe proprietária, mas foram flagrante instrumento de exclusão da parcela não proprietária da sociedade. Sobre o assunto, consultar: DELGADO, Maurício Godinho;

finalidades produtivas e acumulativas, houve generalizada usurpação da massa trabalhadora, com aprofundamento das desigualdades, diante das vistas do Estado abstencionista.

Tal situação fez unir a classe operária, em virtude de uma identificação ocasionada pela condição de explorados. A partir disso, ocorreram, de maneira minimamente articulada, clamores por melhorias de vida e de trabalho, bem como pela atuação estatal em prol da promoção de direitos sociais.¹⁶

Esses fatores, aliados à investida capitalista no sentido de conter o avanço do Socialismo,¹⁷ deram os contornos do paradigma seguinte, erguido sob a bandeira da igualdade. Trata-se do paradigma do Estado Social. Esse período foi marcado pela inclusão, no bojo das constituições, da temática relativa ao Direito do Trabalho, bem como aos outros direitos sociais.¹⁸

Cabe, aqui, destacar o pioneirismo das Constituições Mexicana de 1917 e Alemã de 1919, que contemplaram os direitos sociais e, além disso, introduziram a questão da associação sindical.¹⁹

Impulsionados por severas crises do sistema capitalista, os Estados passaram a intervir na economia²⁰ e, também, a atuar como prestador de serviços aos cidadãos, a fim de compensar as desigualdades inerentes ao Capitalismo.²¹

No Brasil, a fase intervencionista e centralizadora de Estado foi vivida entre 1930 e 1945, durante o governo de Getúlio Vargas.²² Foi nesse contexto que

DELGADO, Gabriela Neves. **Constituição da República e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2012. p. 19.

¹⁶ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **Constituição da República e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2012. p. 20-21.

¹⁷ DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006. p. 48.

¹⁸ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **Constituição da República e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2012. p. 22.

¹⁹ DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006. p. 48.

²⁰ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **Constituição da República e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2012. p. 23.

²¹ *Idem*, p.25.

²² DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006. p. 19.

se concretizou uma das maiores realizações pátrias em matéria de positivação trabalhista, a edição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A CLT concentra direitos e garantias atinentes aos âmbitos individual, coletivo, administrativo e processual trabalhista. No decurso dos anos, recebeu alterações, com o propósito de se harmonizar ao dinamismo e aos novos anseios sociais.²³

Durante a experiência do Estado Social, projetou-se o trabalho a um patamar superior de valor. Identificou-se nesse direito um poderoso instrumento na promoção de cidadania, de equidade e de dignidade.

Todavia, crises capitalistas nas décadas seguintes ensejaram a retomada do modelo liberal, com novos contornos. Do ponto de vista dos avanços conquistados em vários dos direitos sociais, em especial no que concerne a conquistas trabalhistas adquiridas, o advento do Neoliberalismo, no final dos anos de 1980, representou uma involução.²⁴

Nesse ínterim, sobreveio o paradigma do Estado Democrático de Direito, amparado em ideais fraternos e solidários.²⁵ É, reconhecidamente, o paradigma que, até hoje, mais consagra os Direitos Humanos,²⁶ com contornos axiológicos fundamentados em princípios que ocupam posição de prestígio no ordenamento jurídico.

Alinhando-se a esse paradigma, a atuação dos atores sociais, no sentido da concretização e respeito aos direitos fundamentais, seja no plano individual, seja no coletivo ou, ainda, no difuso, não deve estar em desacordo com tais mandamentos principiológicos.

A posição proeminente do trabalho no cenário socioeconômico e na garantia da dignidade da pessoa humana se mostrou inconciliável com a

²³ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTR, 2013. p. 147.

²⁴ DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006. p. 19-20.

²⁵ *Idem*, p.51.

²⁶ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **Constituição da República e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2012. p. 25.

manutenção de padrões econômicos puramente neoliberais e, portanto, largamente desregulados, dada a oposição entre os modelos.²⁷

É fato que, a partir da adoção do Neoliberalismo, contando com o apoio teórico de oposicionistas de outrora,²⁸ sobreveio forte onda de desregulamentações e flexibilizações do Direito do Trabalho, algumas delas, inclusive, autorizadas pela Constituição Federal de 1988.²⁹

Esse processo de franca tentativa de encolhimento dos direitos do trabalhador acentuou nas relações de trabalho as características de mercado, arriscando instrumentalizar a figura do trabalhador.³⁰ Existem, porém, mecanismos jurídicos que concorrem para a celebração e garantia dos direitos e humanização das relações trabalhistas, como é o caso dos princípios.

Não se pretende, neste estudo, pormenorizar cada um dos princípios específicos do Direito do Trabalho. Assim, atendo-se ao objeto da pesquisa, serão brevemente examinados alguns dos princípios que, na esfera individual do Direito do Trabalho, fundamentam o reequilíbrio de forças nas relações trabalhistas.

O primeiro é o *Princípio da Proteção*. Em virtude da histórica desigualdade existente na relação trabalhista, agravada pelo modelo econômico capitalista, esse princípio assinala um ideal de justiça nas relações trabalhistas, ao elevar o trabalhador, por meio das garantias justralhistas, a um nível de relativa igualdade em relação ao empregador, tanto em termos contratuais, quanto na prestação jurisdicional.

O mencionado princípio norteia todo o universo jurídico do campo juslaboral,³¹ evitando, reparando ou atenuando as consequências que a disparidade

²⁷ DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego: entre os paradigmas da destruição e os caminhos da reconstrução**. São Paulo: LTr, 2007. p. 31.

²⁸ *Idem*, p.32.

²⁹ Refere-se ao disposto no Art. 7º, incisos VI, XIII e XIV, os quais permitem a redução salarial e alterações na jornada, por meio dos institutos da Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho. Vide: BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

³⁰ DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006. p. 19-20.

³¹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Aparecida Costa. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 39. ed. São Paulo: LTr, 2014. p. 136.

de poder gera ao obreiro. Isso espelha a finalidade primeira do Direito do Trabalho, sua função precípua, referente à *melhoria das condições de pactuação da força de trabalho na ordem socioeconômica*, sobre a qual se tratou no item 2.1 deste trabalho.

O *Princípio da Norma Mais Favorável*, desdobramento do Princípio da Proteção, tem em mira a parte vulnerável da relação trabalhista e deve ser observado em momentos distintos. Primeiramente, na formação da norma, informa o legislador a buscar, sempre que possível, o aprimoramento das proteções legais ao trabalhador. Em segundo lugar, quando há choque entre normas que regulam a mesma matéria, estabelece a opção pela norma mais favorável ao obreiro como critério hierárquico a ser adotado. Por último, na interpretação da norma, orienta o operador do direito a extrair, das interpretações possíveis, a que se revele mais benéfica ao trabalhador.³²

O *Princípio da Condição Mais Benéfica* implica a manutenção da cláusula mais vantajosa pactuada no contrato de trabalho.³³ Em outras palavras, o pacto mais benéfico é convertido em direito adquirido, não se admitindo sua modificação ou supressão, na constância do vínculo empregatício, por novo dispositivo contratual ou regulamento empresarial.³⁴

O *Princípio da Indisponibilidade dos Direitos Trabalhista* é um desdobramento do *Princípio da Imperatividade das Normas Trabalhistas*. Visam a garantir que manifestações de vontade não causem o solapamento de direitos do trabalhador. Tampouco, são admitidos acordos laborais lesivos, no plano individual, de maneira que as normas trabalhistas prevaleçam ante as regras contratuais.³⁵

³² DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTR, 2013. p. 192-193.

³³ *Idem*, p. 194. O autor sustenta ser mais adequado o uso da designação *princípio da cláusula mais benéfica*, haja vista que o princípio da condição mais benéfica se aplica a cláusulas contratuais ou regras que tenham essa natureza.

³⁴ NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Aparecida Costa. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 39. ed. São Paulo: LTr, 2014. p. 135.

³⁵ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTR, 2013. p. 193.

Por força destes dois princípios, mesmo que empregado manifeste renúncia ou transacione direitos que lhes são assegurados, o ato jurídico será tido por inválido,³⁶ haja vista a distorção de poder entre empregado e empregador.

Na linha da salvaguarda de direitos do trabalhador contra atos voluntários, o *Princípio da Primazia da Realidade sobre a Forma* diz respeito à prevalência da vivência prática, em detrimento do que consta em documentos que formalizam o vínculo trabalhista.³⁷

Esse princípio contribui para a diminuição das ocorrências de contratações fraudulentas, que dissimulam situações danosas ao empregado, dada sua posição de subordinação ante o tomador.

Ainda na dimensão principiológica, é preciso acrescentar o *Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*. Embora se trate de um fundamento constitucional geral, merece alusão no subcapítulo seguinte, dada sua centralidade e seu elevado valor para o Direito do Trabalho, quanto ao tratamento dispensado ao trabalhador no sistema econômico vigente.

Do leque de fundamentos que guiam o Direito do Trabalho, os princípios ora mencionados são os que contribuem para compor, na atual conjuntura, uma valiosa e necessária oposição contra as forças do capital, refletindo o esforço no sentido de tutelar os direitos dos trabalhadores.

2.3 O Trabalho na Promoção da Dignidade

Consoante os alicerces do Paradigma do Estado Democrático de Direito, todo o arcabouço normativo, interpretativo e principiológico do Estado brasileiro deve convergir com o princípio da dignidade da pessoa humana, sopesando os aspectos individuais e sociais.

Importa esclarecer, preliminarmente, que não se pretende, para fins deste trabalho, discutir detalhadamente as construções teóricas atinentes à dignidade da pessoa humana. Todavia, faz-se necessário discorrer sucintamente sobre suas nuances para melhor compreensão da relevância deste fundamento, no

³⁶ *Idem*, p.194.

³⁷ *Idem*, p. 199-200.

âmbito do Direito do Trabalho, enquanto princípio norteador dos direitos fundamentais.

Existem diversas teorias, oriundas de várias áreas filosóficas, religiosas, humanistas, jurídicas, com concepções próprias acerca da Dignidade. Essa pluralidade, entre outros fatores, revela a difícil tarefa de dar à temática o exato delineamento conceitual.³⁸ Tal dificuldade é agravada em virtude do dinamismo das sociedades contemporâneas.

Há relativo consenso, porém, quanto ao fato de que a noção de dignidade guarda relação com os ideais de valor, honra, autonomia, liberdade, igualdade, moralidade, cidadania. É recorrente, também, o entendimento de que a dignidade é uma qualificação inerente à natureza humana, distinguindo o ser humano dos outros seres.

Nesse sentido, não se renuncia, não se transaciona, não se aliena, não se remove a dignidade de alguém,³⁹ embora seja possível feri-la – e, como se verá adiante, em sede trabalhista, o desrespeito a esse princípio persiste.

A concepção histórica e culturalmente construída acerca da dignidade da pessoa humana está impregnada de uma dimensão social, concernente à garantia das condições mínimas existenciais, com as quais a Assembleia Constituinte de 1987/88 se preocupou. Isso se notabiliza, em larga medida, por meio de comandos normativos positivados, sobretudo os relacionados aos denominados direitos sociais.

Vigora estreita conexão entre o fundamento da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais aduzidos tanto na Lei Maior, quanto em normas infraconstitucionais.⁴⁰ O princípio em comento é o “valor guia”⁴¹ dos direitos fundamentais e estes, por sua vez, representam a materialização desse fundamento.

O Estado é o ente incumbido da tutela dos direitos e garantias fundamentais, conforme rege a Constituição de 1988. Não obstante, em situações

³⁸ SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 9. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 113.

³⁹ *Idem, ibidem*.

⁴⁰ *Idem*, p. 107-108.

⁴¹ *Idem*, p. 119.

cotidianas, observam-se falhas na prestação estatal, seja por ação ou por omissão, falhas estas que são traduzidas em desrespeito à dignidade humana.

Entre os direitos fundamentais, é mister destacar, especificamente, o direito social ao trabalho digno. É no panorama das relações trabalhistas, pois, que se descortinam os casos ora de enaltecimento, ora de insulto ao princípio da dignidade da pessoa humana.

O reconhecimento de que o trabalho, devidamente protegido, pode ser fonte de dignificação da pessoa é uma questão central para o Direito do Trabalho. No entanto, a concretização dessa premissa na relação do trabalho em face da dignidade, no Brasil contemporâneo, é um fenômeno em construção.

Isso pode ser atribuído ao fato de que, notadamente no atual cenário brasileiro, o ramo justtrabalhista precisar superar obstáculos culturais, políticos e principalmente econômicos, para consolidar uma proteção mais abrangente e efetiva.

Uma das dificuldades enfrentadas consiste na percepção historicamente construída de que a força de trabalho do indivíduo é apenas um dos componentes do maquinário ou um instrumento a mais, que se emprega na atividade produtiva, necessária para atingir finalidades econômicas, acumulativas.⁴² Com isso, despreza-se a condição humana do trabalhador, ultrajando, por conseguinte, sua dignidade.

Ficam preteridas, nessa relação espoliativa, as condições minimamente adequadas de trabalho, a justa remuneração, a observância da jornada, entre outras garantias mínimas, em prol do acúmulo de capital.

Nesse cenário, atendendo aos ditames capitalistas, o detentor do poderio econômico figura como beneficiário da capacidade de trabalho do detentor da potencialidade laborativa, enquanto o obreiro puder exercitá-la. A perda dessa potencialidade culmina na simples substituição do obreiro, sem relevantes impactos na continuidade do processo produtivo.

A superação dessa lógica meramente instrumental tem sido perseguida, em especial, pelo Direito do Trabalho, diante do reconhecimento de que o sujeito-trabalhador conquista, por meio de seu labor, realizações que perpassam a

⁴² DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006. p. 19-20.

esfera individual e se projetam no campo social, espelhando o fundamento da dignidade da pessoa humana.

A força do trabalho possibilita ao indivíduo a conquista de outros direitos fundamentais para si e sua família, traduzidos em melhorias de condições de vida e em satisfação pessoal. Também possibilita sua integração a sociedade, enquanto sujeito atuante em um processo produtivo e econômico. Assim, a dimensão valorativa da dignidade é reforçada pelo trabalho.

3 O DIREITO PREVIDENCIÁRIO E A TUTELA DO CIDADÃO ACOMETIDO POR RISCO SOCIAL.

3.1 Os Riscos Sociais e o Papel da Seguridade Social na Proteção dos Cidadãos.

Como já se expôs anteriormente, as experiências vividas no desenvolvimento das sociedades urbanas acarretaram a necessidade de assegurar aos indivíduos direitos fundamentais que lhes permitissem obter uma existência digna. Ainda assim, é possível que determinados acontecimentos sejam capazes de ocasionar carências individuais ou mesmo coletivas.

A probabilidade de que esses acontecimentos ocorram de fato, gerando necessidades aos cidadãos, recebe a denominação de risco social e, como tal, requer medidas que visem a sua cobertura.⁴³ Sejam previsíveis, como a velhice, imprevisíveis, como os acidentes, indesejáveis, como o adoecimento, ou venturosos como a maternidade, os riscos sociais geram demandas para o Estado.⁴⁴

As contingências oriundas do acometimento de riscos sociais afetam o atingido, de forma particular, e também a sociedade como um todo, uma vez que cumpre a coletividade suportar as necessidades de seus integrantes.⁴⁵

Os cuidados de uns para com os outros diante dos riscos ou dos danos se coadunam com a concepção de proteção social. As primeiras manifestações protetivas de que se tem conhecimento ocorriam em pequenos agrupamentos de pessoas, normalmente, núcleos familiares.⁴⁶ O amparo mútuo representava maiores chances de sobrevivência.

⁴³ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 230.

⁴⁴ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 29-30.

⁴⁵ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 231.

⁴⁶ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 1.

A partir do Século XVII, com a Lei dos Pobres,⁴⁷ promulgada na Inglaterra em 1601, iniciaram-se os contornos de proteção social ora vigentes.

Os riscos sociais de maior repercussão para a sociedade estão associados às ocorrências que retiram do indivíduo a capacidade ou a oportunidade de desenvolver uma atividade laboral. Assim, em decorrência de situações como acidentes de trabalho, adoecimento, avanço da idade, maternidade, desemprego involuntário e outras, o cidadão fica impedido ou tem reduzida sua capacidade de promover o próprio sustento e o de seus dependentes.⁴⁸

O advento do sistema capitalista trouxe avanços para o setor industrial que viabilizaram a produção em larga escala para o acúmulo de capital. O caminho para atender a esse objetivo precípua do capitalismo perpassou períodos de menosprezo ao obreiro e a sua condição de trabalho e de vida, acirrando a desigualdade social.

Não por acaso, no Estado Liberal, em que houve o mais significativo crescimento da produção de bens, a sociedade sofreu, na mesma proporção, com a elevação dos riscos sociais,⁴⁹ agravada pelo fato de que o Estado se omitia quanto às questões distributiva e trabalhista.⁵⁰

Essa postura gerou, para o próprio Estado, grandes dificuldades, principalmente diante das inúmeras greves e dos movimentos sindicais. Com isso, foi-se progressivamente constatando a necessidade de o Estado assumir um papel maior na proteção dos cidadãos, tanto em termos jurídicos quanto em termos materiais.

Isso veio a ocorrer no período do paradigma do Estado Social, entre os anos de 1919 a 1945, e, posteriormente, na fase do Estado Democrático de Direito, iniciado nos anos de 1930 nos EUA e ao final de 1940 na Europa. No caso brasileiro, os contornos protecionistas do Estado Social foram experimentados a partir do ano de 1930, durante o governo Vargas.⁵¹

⁴⁷ *Idem, ibidem.*

⁴⁸ BALERA, Wagner. **Noções Preliminares de Direito Previdenciário**. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 165.

⁴⁹ *Idem*, p. 164.

⁵⁰ *Idem*, p. 163.

⁵¹ DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006. p. 19.

As demandas oriundas dos riscos sociais costumavam ser deixadas a cargo do próprio trabalhador ou do empregador.⁵² Nos Estados Social e Democrático de Direito, passaram a ser entendidos conforme a teoria do risco social,⁵³ o que se verifica nas constituições democráticas.⁵⁴

Significa dizer que a responsabilidade pela cobertura dos riscos sociais tornou-se um dever partilhado por toda a sociedade, com amparo nos desígnios de solidariedade.⁵⁵ Trata-se, pois, de responsabilidade objetiva.⁵⁶

Segundo o entendimento atual, cumpre ao Estado a elaboração e execução de políticas públicas que tenham por finalidade proteger os cidadãos das situações de risco social, bem como de outras formas de vulnerabilidade ou degradação na vida ou no trabalho.

Os riscos sociais representam a probabilidade⁵⁷ ou antecipação das adversidades sociais e, como tal, requerem planejamento e medidas preventivas. Uma vez materializados, exigem, a seu turno, formas de reparação ou compensação, de modo que o trabalhador e seus dependentes possam ter suas necessidades atendidas.

Depreende-se disso que as medidas de proteção social podem ser verificadas em dois momentos. O primeiro antecipa a consumação das mazelas, prevenindo-as. O outro momento é posterior à consumação do dano, fazendo-se necessário o socorro ao acometido. Nesse sentido, as políticas de proteção social

⁵² Subsiste, hodiernamente, a responsabilidade civil do empregador, na modalidade concorrente, desde que verificada a culpa ou o dolo. Sobre o assunto, consultar: CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p.26.

⁵³ *Idem, ibidem*.

⁵⁴ *Idem*, p.155. Com destaque à Constituição Mexicana de 1917, por ter sido a primeira constituição democrática a incumbir o Estado da tutela dos interesses sociais.

⁵⁵ Trata-se de solidariedade tomada de um caráter jurídico-constitucional, que constitui fundamento cardeal, relativo à seguridade social. Acerca do Princípio da Solidariedade, se discorrerá no próximo item deste trabalho.

⁵⁶ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 235.

⁵⁷ BALERA, Wagner. **Noções Preliminares de Direito Previdenciário**. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 153.

adotadas poderiam ser mais eficientes e eficazes, caso o poder público priorizasse prevenção dos riscos e dos danos.⁵⁸

No caso brasileiro, um sistema de proteção social abrangente foi oficializado pela Constituição Federal de 1988, quando se instituiu a tríade da seguridade social como forma de viabilizar os propósitos de bem-estar e justiça social.⁵⁹

Consoante estabelece o texto constitucional, a seguridade social “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.⁶⁰ A definição conferida pelo legislador constitucional à seguridade social, por melhor elaborada que seja, não traduz toda a complexidade e nem a abrangência da matéria.⁶¹

A conquista de um sistema protetivo que proporcionasse, efetivamente, a almejada segurança contra os riscos sociais foi possível a partir de numerosas lutas sociais, sindicais, trabalhistas e, inclusive, de lutas inspiradas em dinâmicas internacionais de conquista e ampliação de direitos.⁶²

A tríade que compõe o campo de atuação do sistema de seguridade brasileiro (saúde, assistência social e previdência social) oferece proteção não somente à classe operária, mas a todo cidadão que porventura dela necessite.

As concessões de benefícios pecuniários, comuns em sede de previdência, são associadas às ações securitárias de maneira geral. Isso faz com que muitos vejam na seguridade social um caráter predominantemente econômico.⁶³

Existem, entretanto, questões humanas que não se solucionam com a distribuição ou a transferência de renda. Nessas ocasiões, as medidas de proteção

⁵⁸ *Idem*, p. 58.

⁵⁹ BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Art. 193.

⁶⁰ *Idem*, Art. 194, *caput*.

⁶¹ BALERA, Wagner. **Noções Preliminares de Direito Previdenciário**. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 90.

⁶² DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves (Org.). **Direito do Trabalho e direito da seguridade social**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 6 v (Doutrinas essenciais), p. 101.

⁶³ SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. **Seguridade social como direito fundamental material**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 150.

social efetivam-se por meio da oferta de serviços, os quais são mais usuais nas alçadas assistencial e sanitária.⁶⁴

Os pilares técnicos e jurídicos da seguridade social foram firmados pela Constituição de 1988, de forma que seus princípios e objetivos representam fundamental contraponto a práticas capitalistas predatórias que vilipendiem a dignidade humana e tendam a ampliar os riscos sociais.

Por conseguinte, o direito fundamental a seguridade social desempenha relevante papel ao assegurar os recursos mínimos existenciais aos cidadãos, sobretudo aos trabalhadores.

3.2 Os Princípios da Seguridade Social que Disciplinam a Proteção ao Cidadão Acometido por Riscos Sociais.

O instituto da Seguridade Social tem suas bases em princípios oriundos tanto da Constituição Cidadã quanto de lei infraconstitucional. Os que constam da Lei Maior estão arrolados principalmente no art. 194. Outros princípios estão elencados na Lei nº 8.213 de 24/07/1991⁶⁵ e são direcionados mais especificamente à previdência.

A Seguridade Social possui extrema relevância no Estado Democrático de Direito, sendo um instrumento promotor de justiça social. Por esta razão, alguns dos princípios relativos à Seguridade Social visam a garantir a sustentação do próprio sistema, evitando que determinados fatores venham a provocar um colapso no tecido social, com consequente desamparo aos que dela necessitam.

Nessa linha, questões referentes ao financiamento, ao custeio e à gestão administrativa da Seguridade Social são contempladas por princípios positivados na Constituição Federal Brasileira,⁶⁶ a qual determina que os diversos seguimentos sociais interessados dela participem.

⁶⁴ *Idem*, p. 155.

⁶⁵ BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acessado em: Dez/2017.

⁶⁶ Diz-se respeito ao art. 194, incisos VI e VII, e ao art. 195 da Constituição Federal de 1988. Determinam que o financiamento da Seguridade Social será realizado por toda a sociedade, direta ou

A proteção dos cidadãos é disciplinada de forma que reflita os fundamentos gerais e específicos. Para os objetivos deste trabalho, serão mencionados aqueles elencados na Constituição Brasileira e que, em particular, ressaltam os contornos protetivos da Seguridade Social.

O *Princípio da Solidariedade* é o que espelha com maior nitidez todo o escopo do sistema da Seguridade na ordem social. Embora seja oriundo especificamente das construções assistenciais,⁶⁷ é o fundamento que irradia sobre diversos outros institutos do ordenamento jurídico, uma vez que exprime, ao lado da liberdade e da justiça, o modelo de sociedade que a República Federativa do Brasil objetiva alcançar.⁶⁸

O preceito consigna que os concidadãos tenham obrigações uns para com os outros em prol do bem comum e da ordem social. Dessa maneira, emergem direitos e/ou deveres a cada ser social⁶⁹, a depender de situações fáticas em que se enquadre o cidadão.

O que se verifica, pois, é que a solidariedade prevista no princípio não se restringe a conotação subjetivista e moral da terminologia. Nos contornos adotados pelo ordenamento pátrio, trata-se de comando que impõe àqueles cidadãos com melhores possibilidades econômicas o dever de amparar os que têm menores condições de se precaver contra os riscos sociais.⁷⁰

Em sede de Seguridade Social, o princípio da solidariedade preconiza a concretização da justiça social, implicando, portanto, a distribuição de renda e a redução de desigualdades, observando-se as devidas proporções da capacidade cooperativa de cada cidadão.

indiretamente, com fontes prévias e diversificadas de custeio e a administração do sistema terá caráter democrático e descentralizado, assumindo um modelo quadripartite de gestão.

⁶⁷ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. xxii, p. 53.

⁶⁸ Encontram-se no art. 3º, inciso I da Constituição Federal de 1988.

⁶⁹ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves (Org.). **Direito do Trabalho e direito da seguridade social**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 6 v (Doutrinas essenciais). P. 102.

⁷⁰ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Xxii, p. 53.

No *Princípio da uniformidade e da equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais*, previsto no art. 194, parágrafo único, inciso II da Constituição, manifesta-se com clareza a observância supramencionada.

Por meio desse dispositivo, a Constituição de 1988 aboliu a diferenciação de benefícios e serviços da Seguridade Social, baseada no *quantum* contributivo, e promoveu a isonomia entre os cidadãos dos meios urbano e rural.

Contudo, há de se reconhecer que o retorno financeiro proveniente da atividade laborativa rural não se equipara, em geral, aos proventos médios percebidos pelos trabalhadores do meio urbano.⁷¹ Assim, são comuns as situações em que os ganhos obtidos pelo trabalhador rural garantem de forma insuficiente a própria subsistência e a de sua família, inviabilizando até mesmo o recolhimento das contribuições sociais.

Para Sérgio Pinto Martins, ao trazer os termos “urbanas” e “rurais”, a Constituição deixou de contemplar outras categorias de trabalhadores, admitindo-se a distinção entre eles, como é o caso dos servidores civis e militares.⁷²

Se por um lado o mandamento é restritivo, o emprego do vocábulo “populações”, por outro lado, possibilita sua abrangência a toda sorte de trabalhadores equiparáveis aos rurais, como é o caso dos pescadores e dos garimpeiros.⁷³

Cabe ressaltar que a população urbana é uma grande beneficiária da produção rural, aludindo-se, exemplificativamente, a produção de alimentos. Assim, o princípio em tela confere equilíbrio a essa mútua relação, correspondendo aos anseios de justiça social.

Ainda no escorço dos fundamentos que ponderam as condições de cooperação, faz-se referência ao *Princípio da equidade na forma de participação e custeio*. Trata-se da exigência de que toda a sociedade preste contribuição, sopesando-se a proporcionalidade da remuneração, lucro ou receita percebida pelo contribuinte.

⁷¹ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 72.

⁷² MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. XXII, p. 55.

⁷³ *Idem, Ibidem*.

Assim, a parte, seja pessoa física ou jurídica, que tiver maior capacidade econômica prestará maior contribuição, sem que isso importe em tratamento desigual. Pelo contrário, representa uma maneira justa de considerar a solidariedade.

Em decorrência do princípio da equidade na forma de participação e custeio é imposta maior contribuição da empresa que contribua para o aumento dos índices de desemprego, pela dispensa de empregados, ou cuja atividade explorada ofereça maiores riscos aos trabalhadores, como riscos acidentários ou à saúde, por exemplo.⁷⁴ Espera-se, com isso, que o empregador invista em melhorias no meio ambiente de trabalho.

O quarto fundamento a ser tratado é o *Princípio da universalidade da cobertura e do atendimento*, que possui dois desdobramentos. O primeiro se refere à universalidade de cobertura, que corresponde aos eventos que levam o cidadão a necessitar do sistema de Seguridade Social. O segundo desdobramento diz respeito à universalidade do atendimento, o qual insere todos os cidadãos no sistema protetivo, em vista de suprir suas necessidades.⁷⁵

A despeito de o termo “universalidade” expressar a ideia de máxima abrangência, há limitações que surgem no confrontar desse princípio com outros fundamentos atinentes à matéria.

Um dos limites impostos à cobertura diz respeito à previsibilidade legal do benefício ou serviço a ser oferecido,⁷⁶ de forma que não será garantida toda e qualquer contingência. Quanto ao atendimento, serão observadas, por exemplo, a necessidade e, em sede de previdência especificamente, a condição regular do sujeito como contribuinte do sistema.⁷⁷

Restrições à universalidade também se verificam em consequência do princípio da seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços. Diante da limitada capacidade orçamentária do sistema e da submissão do Poder

⁷⁴ BALERA, Wagner. **Noções Preliminares de Direito Previdenciário**. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 118-119.

⁷⁵ *Idem*, p. 106.

⁷⁶ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. XXII, p. 54.

⁷⁷ BALERA, Wagner. **Noções Preliminares de Direito Previdenciário**. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 107.

Público ao princípio da reserva do possível⁷⁸ não há possibilidade de atendimento indiscriminado das demandas.

Com isso, a seletividade impõe a implementação de políticas públicas que operacionalizem a escolha das ocorrências a serem cobertas, mediante critérios preestabelecidos em lei.⁷⁹

Da premissa distributiva segue a exigência de distribuição de renda e de justiça social, buscando-se priorizar os mais necessitados. Assim, em linhas gerais, o montante arrecadado é compartilhado entre os acometidos por riscos sociais, de tal maneira que possa atender o maior número possível de cidadãos em vulnerabilidade, gerando impactos positivos na redução de desigualdades, inclusive, em nível regional.⁸⁰

A quantia percebida pelo cidadão está atrelada ao princípio da irredutibilidade do valor do benefício.⁸¹ Trata-se de um pressuposto constitucional que tem por finalidade a correção do valor do benefício diante das oscilações econômicas.⁸² Com isso, almeja-se manter, ao longo do tempo, o poder de compra da prestação recebida,⁸³ ou seja, dever-se-ia preservar o seu valor real.

Não obstante, a interpretação dada ao comando constitucional pelo Supremo Tribunal Federal é no sentido de que as correções incidem sobre o valor nominal do benefício.⁸⁴

Ocorre que as constantes mudanças nos critérios referentes ao ajustamento⁸⁵ e os fatores econômicos, tais como desvalorização monetária e

⁷⁸ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 72.

⁷⁹ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. XXII, p. 56.

⁸⁰ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 73.

⁸¹ No contexto trabalhista, a irredutibilidade do salário é instituída pela Constituição Federal, art. 7º, inciso VI, porém, autoriza a redução salarial por meio de convenção ou acordo coletivo.

⁸² IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 74.

⁸³ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. XXII, p. 56.

⁸⁴ *Idem*, p. 57.

variações inflacionárias, influenciam negativamente o valor real dos benefícios,⁸⁶ causando-lhes a defasagem.

Na prática, o que se nota é que, em muitos casos, o valor do benefício não assegura as condições mínimas para uma vida digna à pessoa e aos que dela dependem.

3.3 Os Princípios na Previdência Social

Entre as ramificações da seguridade social, a previdência social é a que cuida de ofertar à classe obreira o seguro social ante as contingências legalmente estabelecidas, assegurando possibilidades econômicas de subsistência. Como componente do domínio protetivo, os princípios mencionados no tópico anterior também regem a previdência.

A Constituição estabelece regras gerais atinentes à previdência social. Reporta-se ao regime geral como forma de organização, instituindo a previdência privada, como complemento. Acerca desta, discorrer-se-á no próximo capítulo. Neste tópico, serão abordados alguns aspectos relacionados ao modelo público de previdência.

No que tange ao ramo previdenciário do direito público, exercer atividade laborativa não é condição suficiente para fazer jus à cobertura das eventualidades previstas em lei, conforme se depreende da regulamentação correlata, bem como do modelo adotado pelo ordenamento brasileiro, que consiste no sistema de repartição simples.⁸⁷

Isso significa que a proteção social oferecida na seara securitária não alberga toda e qualquer sorte de trabalhador, o que sob uma análise simplista poderia representar afronta ao princípio da universalidade.

⁸⁵ BALERA, Wagner. **Noções Preliminares de Direito Previdenciário**. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 115-116.

⁸⁶ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 75.

⁸⁷ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. xxii, p. 283.

A filiação do indivíduo aos planos de previdência social é requisito indispensável e ela ocorre de forma obrigatória e imediata, com o ingresso do indivíduo em trabalho remunerado.⁸⁸ A vinculação compulsória do trabalhador e o caráter contributivo do sistema são desdobramentos do já aludido princípio da solidariedade.

Uma vez filiado, o obreiro passa a ser contribuinte e, a depender da situação, beneficiário do regime de previdência social.

A inserção do trabalhador nos programas previdenciários dependerá, portanto, do atendimento de formalidades legais que se impõem às relações empregatícias e aos trabalhadores autônomos, na qualidade de contribuintes individuais.⁸⁹ Nesse sentido, a obrigatoriedade aludida acima não incide, por exemplo, sobre aqueles indivíduos que obtêm sua renda trabalhando na informalidade.⁹⁰

Como forma de inclusão desses trabalhadores, a lei admite a existência do segurado facultativo, devendo o interessado se inscrever Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e começar a contribuir.⁹¹ Assim, atende-se ao preceituado pelo princípio da universalidade de participação nos planos previdenciários.

Tal modalidade de vinculação aos planos de previdência também está aberta àqueles cidadãos que, independente dos motivos, não ingressaram no mercado de trabalho, formal ou não, mas que possuem condições financeiras de contribuir.⁹²

⁸⁸ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 291.

⁸⁹ BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acessado em: Dez/2017. art. 11, Inciso V.

⁹⁰ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 32.

⁹¹ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. xxii, p. 113.

⁹² CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p.23.

O legislador estabeleceu parâmetros para determinar o menor e o maior valor possível dos benefícios concedidos aos trabalhadores. Para isso, adotou como referencial o salário mínimo.

Assim, os cálculos aplicados para determinar o valor das prestações previdenciárias substitutivas da remuneração ponderam os salários de contribuição e correções monetárias, de modo que os resultados obtidos, quando inferiores ao salário mínimo vigente, são, pelo menos, igualados a ele.⁹³ Excetuam-se o salário família e o auxílio acidente, que podem vir a ter valor inferior ao salário mínimo, haja vista que não possuem o referido caráter substitutivo da remuneração.⁹⁴

Cabe esclarecer que o salário família é devido ao empregado em situação regular, do qual dependa filho, enteado ou tutelado menor de 14 anos ou inválido, de forma que o benefício, concedido por cada dependente, se adiciona à remuneração.⁹⁵ Já o auxílio acidente tem por finalidade compensar o trabalhador pela acidental redução de sua capacidade para o trabalho, possuindo, portanto, natureza indenizatória.⁹⁶

É fato, todavia, que o valor do salário mínimo, historicamente, não é suficiente para satisfazer muitas das necessidades básicas individuais dos trabalhadores brasileiros, tampouco as de seus dependentes,⁹⁷ a despeito do que determina o artigo 7º, Inciso IV, da Constituição.

Isso se notabiliza por meio de pesquisa divulgada em dezembro de 2016, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

⁹³ *Idem*, p. 598.

⁹⁴ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 131.

⁹⁵ *Idem*, p. 676.

⁹⁶ *Idem*, p. 687.

⁹⁷ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves (Org.). **Direito do Trabalho e direito da seguridade social**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 6 v (Doutrinas essenciais), p. 715.

Socioeconômicos – DIEESE.⁹⁸ A análise trata de uma necessidade vital biológica específica,⁹⁹ que é a alimentação.

O estudo apontou que, em novembro do mesmo ano, o custo percentual da cesta básica de alimentos nas 27 capitais brasileiras variou entre 43,61 e 57,93 por cento do salário mínimo líquido.¹⁰⁰ Dessa maneira, as despesas referentes à moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, entre outras necessidades, ficam comprometidas.

Este cenário ilustra com clareza a situação de escassez de recursos vivenciada no cotidiano de boa parcela dos trabalhadores brasileiros, já que os índices descritos acima têm certa similaridade com os aferidos mês a mês.

Revela-se, assim, maior dependência dos cidadãos acometidos por riscos sociais em relação aos serviços prestados pelo Estado, por verem reduzidos os próprios meios de terem acesso aos direitos sociais fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.

⁹⁸ DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos.** Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasicaAnteriores.html>> Acessado em: 12/01/2017.

⁹⁹ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves (Org.). **Direito do Trabalho e direito da seguridade social.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 6 v (Doutrinas essenciais), p. 715. Há, segundo o autor, além do “mínimo vital biológico, exigências sociais mínimas que influem nas expectativas e na fixação do salário mínimo.”

¹⁰⁰ O salário mínimo líquido é o valor resultante do salário mínimo menos os descontos correspondentes às contribuições previdenciárias.

4 A PREVIDÊNCIA PRIVADA COMO DIREITO À MANUTENÇÃO DA VIDA DIGNA.

4.1 A Previdência Privada e Seu Caráter Complementar aos Regimes Públicos de Previdência Social.

O trabalhador tem na sua remuneração o meio para proporcionar para si e para seus dependentes acesso a direitos sociais assegurados constitucionalmente. Como visto, essas garantias constitucionais representam elementos necessários para uma existência digna, convergindo na dignificação da pessoa humana.

No momento em que o obreiro tem sua potencialidade laboral transitória ou definitivamente suprimida, pelos motivos especificados em lei, recorre à previdência social, a fim de receber o benefício que garanta o próprio sustento e o de seus familiares.

A natureza alimentar atribuída aos benefícios previdenciários revela que os regimes públicos de previdência se comprometem, em tese, a oferecer o necessário à subsistência do segurado.¹⁰¹ Nesse processo, o indivíduo não raro experimenta um declínio do seu patamar de vida, considerando a discrepância entre a renda percebida pelo trabalhador ativo e os benefícios previdenciários a ele oferecidos quando impossibilitado de trabalhar.¹⁰²

Com efeito, a renda da previdência social não é, em grande parte dos casos, suficientemente capaz de suprir todas as necessidades básicas dos seus beneficiários.¹⁰³ Assim, com vistas a suprir essa lacuna, a Constituinte de 87/88 acrescentou ao gênero previdenciário a espécie complementar de previdência.

¹⁰¹ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 801.

¹⁰² MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. xxii, p. 460.

¹⁰³ BALERA, Wagner. **Sistema de seguridade social**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2003, p. 76.

A realização do sistema de previdência complementar foi originalmente incumbida ao Poder Público, para ser gerida pelos institutos de previdência social, mas a Emenda Constitucional nº 20/1998 modificou essa determinação.¹⁰⁴

A partir da alteração, o artigo 202 da Constituição passou a disciplinar que “o regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.”¹⁰⁵

O comando acima transcrito não extinguiu a previdência complementar de natureza pública.¹⁰⁶ Esse modelo, também de adesão facultativa, é destinado aos servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, conforme Lei nº 12.618, de 30/04/2012.¹⁰⁷

Diante do instituído pelo artigo supracitado, foram editadas as Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29/05/2001. A primeira dispõe sobre a relação entre os entes federativos, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar. A segunda regulamenta o Regime de Previdência Complementar.

¹⁰⁴ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 801.

¹⁰⁵ BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Art. 202.

¹⁰⁶ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 803.

¹⁰⁷ BRASIL. **Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012**. Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12618.htm#art33. Acessado em: jan. 2017.

As instituições ou entidades que oferecem planos de previdência privada complementar são classificadas em abertas ou fechadas, conforme artigo 4º da Lei Complementar nº 109/2001.

As entidades fechadas são constituídas na forma de fundações ou sociedade civil, sem objetivo de obter lucro. Podem ser instituídas por patrocinadores, como as empresas, ou instituidores, como os sindicatos. Seus serviços são destinados a grupos específicos de pessoas, identificadas por alguma característica em comum.¹⁰⁸

Já os planos abertos de previdência são acessíveis a qualquer pessoa física, não enquadradas no perfil acima, e operados por sociedades anônimas com finalidade lucrativa. Nada obsta, porém, o exercício da atividade previdenciária aberta sem essa finalidade.¹⁰⁹

As atividades das entidades, sejam abertas ou fechadas, consistem, basicamente, em realizar um conjunto de operações de natureza econômico-financeira,¹¹⁰ com o objetivo principal de oferecer aos contratantes dos planos privados de previdência a complementação do benefício oficial.¹¹¹

Assim, o propósito complementar da previdência privada consiste, sob uma ótica simplificada, em unir o benefício privado à prestação previdenciária oferecida pelo regime geral, de forma que a renda mensal total do participante¹¹² atinja valor aproximado à média dos proventos percebidos em determinado período, quando o trabalhador se encontrava em plena atividade laborativa.¹¹³

¹⁰⁸ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 807-808.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 806-807.

¹¹⁰ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p.1236.

¹¹¹ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. xxii, p. 460.

¹¹² Os termos “participante” ou “assistido” são usados para designar o segurado, associado ou beneficiário do regime complementar. CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 106.

¹¹³ *Idem*, p. 1225.

Não obstante, convém esclarecer que a previdência complementar tende a assumir caráter implementar ou suplementar,¹¹⁴ o que dependerá do que for estipulado contratualmente. Isso decorre da autonomia e independência do regime privado em relação regime público.¹¹⁵

Nesse sentido, é *implementar* quando a quantia repassada ao participante do plano privado é concedida sem que ele atenda a todas as exigências para obtenção do benefício da previdência social oficial, o que é bastante usual, já que normas vigentes assim admitem.¹¹⁶ É *suplementar*, por outro lado, quando tem por finalidade a ampliação da renda previdenciária básica do participante.¹¹⁷

Ao contrário da obrigatoriedade observada nos regimes básicos, a associação aos planos de previdência privada depende da vontade do interessado e ocorre mediante contratação. No entanto, o ato volitivo se restringe ao ingresso e à aceitação do plano escolhido, sendo incabível a interposição de objeções ou transigências. Trata-se, portanto, de típico contrato de adesão.¹¹⁸

Uma vez associado, os aportes exigidos pelo sistema privado deverão ser realizados consoante o regulamento do plano escolhido e de forma paralela às contribuições regime o regime oficial, sendo vedada a substituição desta por aquela,¹¹⁹ o que reforça o escopo complementar do regime privado.

Os valores vertidos devem ser administrados pelas instituições ou entidades, com rigorosa observância às leis e especial atenção aos aspectos atinentes ao equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

Assim, para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro, as entidades devem zelar pelo encontro das entradas e saídas financeiras, de forma que promova

¹¹⁴ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 1226.

¹¹⁵ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. xxii, p. 466.

¹¹⁶ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 802.

¹¹⁷ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 1226.

¹¹⁸ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 802.

¹¹⁹ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. xxii, p. 460.

a constituição das reservas monetárias destinadas ao cumprimento dos compromissos atuais e vindouros, precavendo-se, inclusive, de eventuais períodos de instabilidades.¹²⁰

Já o equilíbrio atuarial tem por objetivo resguardar a viabilidade do sistema, cuidando de fatores não necessariamente relacionados a despesas e receitas, mas que causam impactos às reservas. Trata-se de flutuações econômicas, quantidade de participantes, expectativa de vida, nível da remuneração, perfil do participante, adequação dos requisitos de participação, entre outros.¹²¹

Todos esses cuidados convergem na probidade das entidades privadas de previdência quanto aos compromissos presentes e futuros assumidos junto aos participantes e assistidos.¹²²

Estando, pois, atendidos os elementos exigidos no plano de complemento, o assistido adquire o direito de receber os benefícios,¹²³ conquistando a melhoria de sua renda. Assim, realiza-se o aprimoramento da qualidade de vida do trabalhador em fase inativa.

4.2 Funções e Objetivos da Previdência Privada.

O fator determinante para a admissão da previdência privada de caráter complementar no ordenamento jurídico brasileiro foi o fato de proporcionar ao cidadão a melhoria do nível de remuneração percebida pelo indivíduo que, afastado da vida laboral, passa a depender dos proventos oferecidos pelos regimes públicos de previdência.¹²⁴

¹²⁰ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 805.

¹²¹ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. xxii, p. 460.

¹²² IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 805.

¹²³ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. xxii, p. 466.

¹²⁴ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 1253.

Nesse sentido, conforme estabelecido no artigo 2º da Lei Complementar nº 109/2001, o objetivo principal do regime de previdência privada complementar consiste em instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário.

À luz do comando aludido acima, é possível coligir que a instituição e execução de planos de benefícios não são as atribuições exclusivas das entidades privadas de previdência. Outras atividades podem ser desenvolvidas por esses entes, desde que de forma secundária, sem a obrigatoriedade de repasse dos ganhos aos participantes.¹²⁵

Ainda assim, a primordialidade imputada ao objetivo complementar da previdência privada impõe à entidade o dever de honrar os compromissos assumidos com os contratantes, sob pena de perda de seu objeto.¹²⁶

Além da função complementar, outras finalidades da previdência privada, seus planos e entidades podem ser observadas, partindo-se de três perspectivas distintas, sem prejuízo de outros métodos de análise: a dos participantes, a das empresas e a do sistema propriamente dito.¹²⁷

Do ponto de vista dos participantes, a adesão a um plano complementar de benefício proporciona ao indivíduo, durante a vida laboral ativa, tranquilidade e um incentivo para que busque permanecer e progredir no emprego.¹²⁸ Em tempos de inatividade, o objetivo dos planos de benefícios privados é propiciar segurança e estabilidade aos segurados.¹²⁹

Deduz-se, com isso, que a contratação de um plano de benefício privado não corresponde a mero investimento financeiro. Representa a possibilidade de uma renda satisfatória ao trabalhador afastado de suas atividades, oportunizando a manutenção ou o incremento do seu patamar de vida pelos próprios recursos.

¹²⁵ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 801.

¹²⁶ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 1252.

¹²⁷ *Idem*, p. 1253.

¹²⁸ *Idem*, p. 1255.

¹²⁹ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. xxii, p. 461.

Nesse quesito, o Poder Público também é favorecido, uma vez que o cidadão se torna menos dependente das prestações estatais.

Sob o enfoque dos empregadores, os objetivos e funções da previdência privada são percebidos com maior clareza no segmento fechado, quando os empregadores são patrocinadores dos planos de previdência complementar.

Nesse sentido, o regime privado viabiliza o aprimoramento das condições e relações de trabalho,¹³⁰ pois, se por um lado o empregado percebe a melhoria do seu nível socioeconômico, por outro o empregador torna seus postos de trabalho mais atrativos aos empregados e mantém profissionais melhor qualificados em seu quadro de pessoal.¹³¹

No que diz respeito ao sistema, o estímulo à adesão aos planos oferecidos pelas entidades de previdência privada fomenta a prática da poupança erigida pela autonomia da vontade,¹³² o que, visto de maneira isolada, já teria impactos positivos do ponto de vista econômico.

Com as reservas, as entidades podem realizar investimentos em áreas de relevante interesse para a coletividade, desde que respeitando os limites de suas atribuições. Em consequência, dinamiza-se a economia, contribuindo para o crescimento econômico do país.¹³³

Nessa lógica, as operações efetuadas pelos entes de previdência complementar trazem ganhos não apenas aos indivíduos participantes, mas também beneficiam a sociedade como um todo. Com isso, poder-se-ia vislumbrar um alinhamento da previdência privada com o preceituado pelo princípio da solidariedade.

Cabe salientar, porém, que, para autores como Sérgio Pinto Martins, o sistema de capitalização (que consiste em uma espécie de poupança individual, que independe de solidariedade entre as pessoas, sobre a qual incidem juros e correção

¹³⁰ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 1251.

¹³¹ *Idem, ibidem*.

¹³² *Idem*, p. 1256.

¹³³ *Idem, ibidem*.

monetária),¹³⁴ a natureza contratual e a facultatividade, entre outros aspectos característicos do regime complementar, afastam o caráter solidário desse regime.¹³⁵

Contudo, a solidariedade é um fundamento previdenciário essencial, seja para os regimes públicos, seja para os privados. Desse modo, a inobservância a esse princípio implica a perda do objetivo de proteção social, o que corrompe o cunho de previdência.¹³⁶

A relevância do segmento previdenciário privado como instrumento protetivo requer rigorosa vigilância dos atores sociais sobre as entidades que operam os planos complementares, a fim de que sejam assegurados os direitos dos participantes.

Em relação ao monitoramento da atividade de previdência complementar, o Estado desempenha papel preponderante, como se verá a seguir, já que a ele compete atuar no controle e na fiscalização das entidades de previdência privada, primando pelo interesse dos segurados.

4.3 A Atuação do Estado na Proteção dos Direitos dos Participantes de Planos de Previdência Complementar.

A experiência brasileira mostra que a modalidade pública de previdência social é a forma predominante de garantia do trabalhador inativo de promover o próprio sustento e o de seus familiares.¹³⁷ Esse fato pode ser atribuído à obrigatoriedade e ao imediatismo como ocorre a inserção do trabalhador nos regimes de previdência social.

Paralelamente, a baixa adesão aos planos privados de complemento de renda está relacionada, entre outros fatores, ao menor nível de remuneração de parte da população. É o que conclui o estudo apresentado ao Ministério da

¹³⁴ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. xxii, p. 283.

¹³⁵ *Idem*, p. 461.

¹³⁶ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 1240.

¹³⁷ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 800.

Previdência Social, que consiste no *Diagnóstico dos principais fatores que dificultam o crescimento do Regime de Previdência Complementar*.¹³⁸

Isso pode ser reflexo das bases históricas da previdência complementar, que revelam que os planos de complemento de renda destinavam-se aos trabalhadores com bons salários e capacidade de contribuição favorável, resultando no que Wladimir Novaes Martinez denomina “elitismo accidental”.¹³⁹

Sem embargo, é notório que o regime previdenciário privado tem se expandido como mecanismo de proteção social adicional,¹⁴⁰ desde o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977 que disciplinava o setor. Atualmente, é um sistema constitucionalmente estabelecido e sua regulamentação é objeto da Lei Complementar nº 109/2001.¹⁴¹

As instituições privadas de previdência complementar são dotadas de autonomia no desenvolvimento de suas atividades. A relação entre essas entidades e os interessados na complementação do benefício básico é estabelecida em contrato, conforme ditames dos estatutos das instituições.¹⁴²

Entre as atividades desenvolvidas em sede de previdência privada, constam investimentos que são realizados aplicando-se os recursos oriundos das contribuições vertidas pelos participantes, patrocinadores e investidores.¹⁴³ Essas operações financeiras apresentam expressiva rentabilidade, motivo pelo qual a área

¹³⁸ BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Diagnóstico dos principais fatores que dificultam o crescimento do Regime de Previdência Complementar**. Brasília, 2013, p. 36. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/Estudo-Diagn%C3%B3stico-dos-principais-fatores-que-dificultam-o-crescimento-do-Regime-de-Previd%C3%Aancia-Complementar..pdf>. Acessado em: mar/2017.

¹³⁹ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 1469.

¹⁴⁰ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 799.

¹⁴¹ A Lei nº 6.435 /1977, que tratava das entidades de previdência privada, foi revogada pela ora vigente Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

¹⁴² IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 804.

¹⁴³ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 1278.

de atuação do setor privado de previdência complementar desperta o interesse de seguradoras e bancos.¹⁴⁴

Tendo em vista o interesse social que envolve esse ramo do direito privado e as características contratual, autônoma, facultativa, protecionista, entre outras, faz-se necessário sistemático monitoramento das instituições que se propõem a explorar a atividade, a fim de que não se distanciem de sua finalidade previdenciária e acabem desamparando os associados e participantes.¹⁴⁵

As entidades se submetem, pois, à observação interna, conforme estatutos, regulamentos e resoluções da própria instituição, e externa, cujo principal atuante é o Estado.¹⁴⁶

Diante disso, o Poder Público foi encarregado do dever de agir no sentido de normatizar, coordenar, supervisionar, fiscalizar e controlar as atividades das entidades privadas de previdência.¹⁴⁷ Tais ações convergem na proteção dos interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios, que é um dos objetivos da atuação do Estado.¹⁴⁸

A ingerência estatal sobre as entidades de previdência complementar ocorre desde o momento de sua gênese até a sua extinção, passando pelas alterações que porventura sejam realizadas. Para qualquer dessas ocorrências, é indispensável autorização dos órgãos competentes.¹⁴⁹

Por ora, as autorizações e a fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar ocorrem no âmbito do Ministério da Previdência, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar

¹⁴⁴ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. xxii, p. 471.

¹⁴⁵ BALERA, Wagner. **Sistema de seguridade social**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2003, p. 97.

¹⁴⁶ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 1322.

¹⁴⁷ BRASIL. **Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001**. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. Art. 74.

¹⁴⁸ BALERA, Wagner. **Sistema de seguridade social**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2003, p. 79.

¹⁴⁹ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 817.

(CNPQ).¹⁵⁰ No caso das entidades abertas, são realizadas por intermédio da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), vinculada ao Ministério da Fazenda.¹⁵¹

Encontra-se ainda pendente, no entanto, a criação de órgão ou órgãos específicos para estas funções, atendendo ao contido no artigo 74 da Lei Complementar nº 109/2001.¹⁵²

O Poder Público é, pois, incumbido de disciplinar, coordenar e supervisionar o funcionamento das entidades, garantindo a transparência das informações disponíveis aos interessados,¹⁵³ para que tenham condições de avaliar as negociações desenvolvidas pelas entidades com as quais contrataram.

Um dos objetos de regulação diz respeito à estabilidade econômico-financeiro e atuarial do sistema complementar. As normas atinentes a essa temática são de suma relevância, já que, para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelas instituições do setor privado de previdência,¹⁵⁴ a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de complementação de renda e das próprias entidades precisam ser preservados.¹⁵⁵

As práticas administrativas, procedimentais e obrigacionais das entidades estão submetidas à supervisão dos participantes, patrocinadores e demais interessados. Insta salientar, no entanto, que a legislação não confere a esses supervisores maiores poderes para agir nas ocasiões em que são constatadas irregularidades.¹⁵⁶

Nessas hipóteses, o Estado, que tem o dever legal de atuar na fiscalização das atividades das instituições, é o ente competente para aplicar as

¹⁵⁰ *Idem*, p. 809.

¹⁵¹ *Idem*, p.807.

¹⁵² BALERA, Wagner. **Sistema de seguridade social**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2003, p. 82-83.

¹⁵³ BRASIL. **Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001**. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. Art. 3º, Incisos II e IV.

¹⁵⁴ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 1477.

¹⁵⁵ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 815.

¹⁵⁶ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 1322-1323.

penalidades cabíveis,¹⁵⁷ consoante o caso, aos responsáveis pelo ato lesivo ou à própria entidade.

Muito embora determinadas condutas delitivas, a esse respeito, estejam tipificadas em lei penal, o que configura a prática de crime previdenciário¹⁵⁸, neste estudo serão abordadas as penalidades concernentes ao campo administrativo.

No âmbito administrativo são empregados procedimentos visando à averiguação dos fatos e, verificado o ilícito, aplicam-se as sanções previstas no artigo 65 da Lei Complementar nº 109/2001, as quais podem assumir função admoestativa, pecuniária ou restritiva do exercício profissional.¹⁵⁹

A advertência é a penalidade do tipo admoestativo, com importante repercussão moral. Funciona como alerta para que o infrator primário cesse e evite atos lesivos. Seja de forma documental ou verbal, são direcionadas às ocorrências de baixa expressividade.¹⁶⁰

A modalidade punitiva pecuniária tem por escopo coibir a conduta danosa atingindo o patrimônio da pessoa. Assim, a lei prevê multa de dois mil reais a um milhão de reais, a ser aplicada de acordo com os níveis de gravidade. Além do caráter administrativo, a multa tem também natureza fiscal.¹⁶¹

A sanção restritiva do exercício profissional pode ser imposta na forma de suspensão ou inabilitação. Com a suspensão, o indivíduo fica impedido de trabalhar em entidades de previdência complementar, por até cento e oitenta dias.¹⁶² No caso de inabilitação, que pode durar de dois a dez anos, o infrator não pode exercício de atividades em setores previdenciários, de seguros, bancários, inclusive, serviço público.¹⁶³

¹⁵⁷ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 815.

¹⁵⁸ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 1459.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 1447.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 1448-1449.

¹⁶¹ *Idem*, p. 1451.

¹⁶² *Idem*, p. 1449-1450.

¹⁶³ *Idem*, p.1450.

Há determinadas condutas para as quais as punições mencionadas anteriormente não são suficientes, dado o elevado grau de nocividade. Tais ações estão elencadas no artigo 44 da mesma lei complementar.

Consistem, sumariamente, em irregularidades ou descumprimento de normas ou estatuto que venham a ocasionar sérios riscos à constituição de reservas técnicas, provisões e fundos, ao equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, à liquidez e à solvência dos planos de benefícios complementares ou outras situações de alta gravidade.

Nessas hipóteses, as instituições que exploram a atividade previdenciária complementar são submetidas à intervenção. O interventor encerra suas funções ao ser colocado em prática o plano de recuperação da entidade. Restando impossível ou inviável seu funcionamento, procede-se a sua liquidação extrajudicial, já que essas entidades não estão submetidas à falência ou concordata.¹⁶⁴

Em virtude da forte ingerência do Estado sobre alguns fatores correlatos ao setor privado de previdência, a omissão estatal em outros setores é alvo de discussões por parte de alguns especialistas.¹⁶⁵ Deve-se admitir, todavia, que somente a adequada interferência estatal é capaz de promover a integração da previdência privada como componente da seguridade social.¹⁶⁶

O reto cumprimento das obrigações de regular e fiscalizar as atividades das instituições para que não se afastem do objeto previdenciário é forma de assegurar o direito dos contratantes de receberem o benefício complementar. Como consequência, o regime privado de previdência é beneficiado, pois se torna mais confiável.¹⁶⁷

É necessário reconhecer, também, que, no concernente a falhas no papel regulamentador do Estado, ajustes devem ser realizados para que as lacunas e omissões não contribuam para fragilizar o desígnio protetivo do sistema privado.

¹⁶⁴ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, R.J: Impetus, 2010, p. 803-804.

¹⁶⁵ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 1243.

¹⁶⁶ BALERA, Wagner. **Sistema de seguridade social**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2003, p. 87.

¹⁶⁷ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3ª. ed. São Paulo: LTr, 2010, p. 1243.

Refere-se, por exemplo, ao fato de o artigo 4º da Lei Complementar nº 109/2001 não esclarecer a definição das entidades abertas e fechadas de previdência complementar¹⁶⁸ ou ao fato de a Lei Complementar nº 109/2001 não dispor, em seu Capítulo IV, acerca da participação de assistidos nas atividades gerenciais das entidades abertas, em conformidade com a Constituição Federal.¹⁶⁹

Admite-se que esses lapsos na atuação estatal a baixa acessibilidade da população economicamente desfavorecida são percalços ao desenvolvimento dos regimes privados de previdência complementar. Ainda assim, o sistema apresenta grande valia como elemento integrante da seguridade social, ao propiciar ao cidadão, no momento da inatividade laborativa, padrão de vida compatível com o percebido no período ativo.

¹⁶⁸ BALERA, Wagner. **Sistema de seguridade social**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2003, p. 79.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 84.

5 CONCLUSÃO

Os direitos sociais são uma valiosa conquista historicamente construída, resultantes de muitas lutas e reivindicações e da intenção de compensar as desigualdades sociais acirradas pelo Capitalismo. Esses direitos sociais são, entretanto, constantemente afrontados, tendo em vista as mesmas pressões capitalistas voltadas à acumulação de riqueza desregulada.

Daí a importância da garantia concreta do direito ao trabalho e à previdência, como poderosos instrumentos promotores de igualdade, bem-estar e justiça sociais, bem como de promoção da dignidade da pessoa humana.

Como visto, o ordenamento jurídico brasileiro elevou o trabalho e o emprego a um patamar superior de valor, o que reflete o mencionado reconhecimento. Todavia, se os propósitos do detentor do poderio econômico, a classe empregadora, tendem a prevalecer na interação entre empregador e empregado, o Direito do Trabalho cumpre papel fundamental na tutela dos direitos do hipossuficiente.

O ramo justralhista reestabelece, pois, o equilíbrio ante as forças do capital, especialmente ao combater práticas que instrumentalizam e usurpam o potencial de trabalho do indivíduo. O Direito do Trabalho humaniza e equilibra as relações trabalhistas, além de contribuir para a melhoria social e econômica da vida do trabalhador, bem como para o desenvolvimento de um adequado ambiente laboral.

A participação ativa do obreiro na dinâmica econômica é capaz de oferecer-lhe, além da melhoria socioeconômica, benefícios de ordem subjetiva. Assim, percebeu-se na garantia do direito ao trabalho escopo enobrecedor e dignificante.

É certo, todavia, que a dignidade humana precisa ser preservada, sobretudo nas ocasiões em que a pessoa se encontre afastada de suas atividades laborais ou ainda não tenha ingressado no mercado de trabalho.

Para essas hipóteses, a Constituição Federal elegeu, como instrumento de proteção, a Seguridade Social, que é composta pela tríade assistencial, sanitária e previdenciária. A previdência social é a técnica protetiva

direcionada ao cidadão compulsoriamente em alguns casos, como quando há vínculo formal de emprego, ou facultativamente, em outros casos.

A previdência social é acionada na ocorrência de situações legalmente previstas, tais como acidentes de trabalho, adoecimento, avanço da idade, maternidade, desemprego involuntário, prisão, entre outros, que interrompem ou reduzem a capacidade de trabalho do indivíduo. Tais situações são os riscos sociais.

A proteção de cada indivíduo ante os riscos sociais é dever de toda sociedade, em consonância com o princípio da solidariedade, sendo que o Estado deve elaborar e executar as políticas públicas com objetivos protetivos.

Contudo, o acionamento da rede de proteção previdenciária deve observância a questões concernentes à necessidade, à previsão legal e à capacidade orçamentária do sistema. Isso impõe ao Poder Público a escolha das contingências a serem cobertas, de forma que sejam priorizados os mais necessitados e seja atendido o maior número possível de cidadãos.

Diante disso, para que o benefício previdenciário possa garantir o mínimo existencial ao segurado, a lei determina que seu valor não pode ser inferior a um salário mínimo, ressalvadas as exceções. Determina, também, que o benefício deve ser corrigido monetariamente, para preservar seu poder de compra.

Ainda assim, constatou-se que, para satisfazer as necessidades básicas do indivíduo, o valor do salário mínimo não é suficiente. Essa conclusão é reforçada por fatores como a natureza alimentar inerente aos benefícios oficiais e o compromisso do Estado em assegurar o mínimo necessário à subsistência, o que se traduz em proteção mínima.

Notou-se, assim, que a transição da vida laboral ativa para a inativa acarreta, para a pessoa, impactos negativos nos aspectos socioeconômico e subjetivo.

Nesse cenário, a previdência privada complementar exerce papel dignificante. Ao integrar-se à previdência pública, oferece ao cidadão a possibilidade de manutenção ou, mesmo, a melhoria do seu padrão de vida. Isso amplia, para o indivíduo, a possibilidade de cobrir as próprias demandas vitais e as dos seus dependentes, pelos próprios meios.

Conforme abordado, a vinculação do participante aos planos de previdência complementar ocorre de forma facultativa, pela celebração de contrato de adesão. Os aportes à previdência privada são realizados paralelamente às

contribuições feitas para o regime oficial, adotando-se o sistema de capitalização. As entidades que operam esses planos podem ou não ter fins lucrativos e são autorizadas a desenvolver outras atividades, desde que de forma secundária.

A observância aos compromissos presentes e futuros assumidos junto aos interessados em complementar sua renda deve nortear as atividades das entidades privadas de previdência. Com isso, a administração das reservas constituídas deve atender rigorosamente às normas, em especial às atinentes ao equilíbrio financeiro e atuarial.

Nessa linha, há previsão legal de severas penalidades de natureza administrativa, sem prejuízo das sanções penais, a serem aplicadas às entidades de previdência complementar em caso de irregularidades. A depender do potencial ofensivo do ato ilícito pode-se realizar, inclusive, a intervenção na instituição.

Nesse sentido, a normatização, coordenação, supervisão, fiscalização e controle das atividades desenvolvidas pelas entidades privadas de previdência asseguram que essas instituições não se afastem do objetivo previdenciário e não desamparem os participantes. Como consequência, vislumbra-se um sistema mais confiável para os interessados.

Percebeu-se, assim, que o interesse público envolvido na atividade de previdência complementar requer a intensa atuação do Estado. Toda essa ingerência do Poder Público converge no objetivo principal de garantir o direito dos participantes dos planos de previdência privada de obter o complemento de sua renda em ocasião de inatividade.

Ao aprimorar da condição socioeconômica do cidadão atingido por riscos sociais, a previdência complementar possibilita a este ter um padrão de vida inativa equivalente ao patamar experimentado em época de plena atividade de trabalho, viabilizando seu acesso aos direitos sociais de forma menos dependente do amparo estatal.

6 REFERÊNCIAS

BALERA, Wagner. **Noções Preliminares de Direito Previdenciário**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

BALERA, Wagner. **Sistema de seguridade social**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2003, p. 76.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 09/2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp109.htm. Acessado em: jan/2017.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acessado em: Dez/2016.

BRASIL. **Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12618.htm#art33. Acessado em: jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Diagnóstico dos principais fatores que dificultam o crescimento do Regime de Previdência Complementar**. Brasília, 2013, p. 36. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/Estudo-Diagn%C3%B3stico-dos-principais-fatores-que-dificultam-o-crescimento-do-Regime-de-Previd%C3%Aancia-Complementar..pdf>. Acessado em: mar/2017.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.

DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006.

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **Constituição da República e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2012.

DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego: entre os paradigmas da destruição e os caminhos da reconstrução**. São Paulo: LTr, 2007.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTR, 2013.

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves (Org.). **Direito do Trabalho e direito da seguridade social**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 6 v (Doutrinas essenciais).

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos.** Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasicaAnteriores.html>> Acessado em: 12/01/2017.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário.** 15. ed., rev., amp. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário.** 3. ed. São Paulo: LTr, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social:** custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde .28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. XXII.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Aparecida Costa. **Iniciação ao Direito do Trabalho.** 39. ed. São Paulo: LTr, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** 9. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. **Seguridade social como direito fundamental material.** Curitiba: Juruá, 2009.